



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
PARAÍBA - CAMPUS PATOS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB/IFPB
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM LIBRAS**

DUANA DEYS GONÇALVES DE SOUZA FERREIRA

**A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA PARA O DESENVOLVIMENTO
EDUCACIONAL DO SURDO**

**PATOS - PB
2021**

DUANA DEYS GONÇALVES DE SOUZA FERREIRA

**A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA PARA O DESENVOLVIMENTO
EDUCACIONAL DO SURDO**

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Especialização em Libras-EaD do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – *Campus Patos*, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Libras.

Orientador (a): Prof. Esp. Edcarlos Paz de Lucena

PATOS - PB

2021

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CAMPUS PATOS/IFPB

F383i Ferreira, Duana Deys Gonçalves de Souza
A importância da família para o desenvolvimento
educacional do surdo/ Duana Deys Gonçalves de Souza
Ferreira. - Patos, 2021.
16 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em
Libras - EAD) - Instituto Federal da Paraíba, 2021.
Orientador: Prof. Esp. Edcarlos Paz de Lucena

1. Família 2. Surdo 3. Interação 4. Educação
I. Título.

CDU – 376

DUANA DEYS GONÇALVES DE SOUZA FERREIRA

**A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA PARA O DESENVOLVIMENTO
EDUCACIONAL DO SURDO**

Artigo apresentado à Coordenação do
Curso de Especialização em Libras-EaD
do Instituto Federal de Educação, Ciência
e Tecnologia da Paraíba – *Campus* Patos,
como requisito para a obtenção do título
de Especialista em Libras.

APROVADO EM: 25/06/2021

BANCA EXAMINADORA

Edcarlos Paz de Lucena

Prof. Esp. Edcarlos Paz de Lucena - Orientador
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Ana Maria Zulema Pinto Cabral da Nóbrega

Profª. Ma. Ana Maria Zulema Pinto Cabral da Nóbrega - Examinadora
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Joseilda Alves de Oliveira

Profª. Ma. Joseilda Alves de Oliveira - Examinadora
SEDUC – Malta PB

RESUMO

A família tem o papel de cuidar, de zelar pelo bem-estar, pela saúde e de proteger o desenvolvimento educacional do surdo. O estudo busca discutir especificamente a relação entre surdez, surdo e família e ainda compreender a importância da interação familiar para o desenvolvimento educacional do sujeito surdo. A pesquisa se constitui de estudo bibliográfico com abordagem qualitativa e está pautada em autores como Gesser (2009), Santana (2007), Pereira *et al.* (2011), Strobel (2009), dentre outros. Nossas discussões apontam que a interação familiar constitui um aspecto fundamental para o desenvolvimento linguístico e social da pessoa surda com surdez e que essa interação pode proporcionar o reconhecimento de identidades surdas.

Palavras-chave: Família. Surdo. Interação. Educação.

ABSTRACT

The family has the role of caring, ensuring the well-being, health and protecting the educational development of the deaf. The study seeks to specifically discuss the relationship between deafness, deaf and family and also understand the importance of family interaction for the educational development of deaf individuals. The research consists of a bibliographic study with a qualitative approach and is based on authors such as Gesser (2009), Santana (2007), Pereira et al. (2011), Strobel (2009), among others. Our discussions point out that family interaction is a fundamental aspect for the linguistic and social development of the deaf person with deafness and this interaction can provide the recognition of deaf identities.

Keywords: Family. Deaf. Interaction. Education.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	08
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	08
2.1	SURDEZ: ALGUNS APONTAMENTOS.....	08
2.2	SURDEZ E EDUCAÇÃO.....	12
2.3	O PAPEL DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO DO SURDO.....	13
3	METODOLOGIA.....	15
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	16
	REFERÊNCIAS.....	18

INTRODUÇÃO

A família é o primeiro contato social do surdo com o mundo e é a partir dela que o sujeito é inserido na vida, na sociedade, pois é o primeiro grupo social do qual um sujeito faz parte. O seio familiar é de fundamental importância para o indivíduo, visto que é na família que nossas relações se iniciam e nossos valores e costumes são construídos inicialmente.

Assim, o presente trabalho teve como objetivo refletir sobre a importância da família para o desenvolvimento educacional do surdo. Este trabalho se justifica por compreender a importância da participação da família na vida educacional da pessoa surda e por entender que a família é base indispensável para a formação do indivíduo enquanto ser social e intelectual. Nesse sentido, tivemos a seguinte questão norteadora: Qual a importância da família para o desenvolvimento educacional do surdo?

Para tentarmos responder a essa questão, optamos por realizar uma pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo, por compreendermos que melhor se adequa, no momento, ao nosso trabalho. Desta forma, buscamos dialogar com teóricos: Gesser (2009), Santana (2007), Pereira et al. (2011), Strobel (2009), dentre outros.

Para uma melhor visão e compreensão do que iremos discutir, organizamos o nosso trabalho da seguinte forma: além desta introdução, temos a seção teórica que discute sobre Surdez, surdez e educação e o papel da família na educação do surdo. Na sequência, temos a metodologia, em que apresentamos a caracterização do nosso estudo e, por fim, as considerações finais.

2. DISCUSSÃO TEÓRICA

2.1 SURDEZ: ALGUNS APONTAMENTOS

Inicialmente, é importante compreendermos que, de acordo com Gesser (2009, p. 63), existem “duas grandes formas de conceber a surdez: patologicamente ou culturalmente”. Para a autora, a visão patológica ou clínica tende a ver a surdez como um problema, um “defeito” (no sentido) relacionado à audição, que necessita ser corrigido, para que o sujeito surdo possa usufruir de uma vida “normal”. Ou seja, dentro de um padrão de “normalidade” considerado aceitável pela sociedade, já que o indivíduo só é completo quando dispõe de todos os seus sentidos intactos, caracterizando, portanto, o

indivíduo fora desse padrão como um sujeito deficiente. Biologicamente, o ser humano dispõe de cinco sentidos: visão, audição, tato, paladar e olfato que integram o sistema sensorial do corpo humano.

Assim, com base em Resende (2011), quando o sistema auditivo não está funcionando corretamente, ou seja, recebendo os estímulos sonoros previstos nos níveis aceitáveis pela audiometria, quer dizer que há uma perda auditiva, o que pode ser entendido a partir da visão clínica como algo que precisa ser corrigido. Essa perda auditiva, no indivíduo, pode ocorrer de diversas formas e fatores, que vão desde a sua formação, durante a gravidez, por consequência de algum fator genético ou doença adquirida no período de gestação, até mesmo após o nascimento da criança, podendo ser acometida por algum acidente ou doença no decorrer da sua vida (GESSER, 2009).

Para Resende (2011), a presença de qualquer perda auditiva na primeira infância pode comprometer o desenvolvimento da criança, pois existe um período crítico para a aquisição de uma linguagem/língua. A respeito disto, Pereira *et al.* (2011, p. 21) afirma que:

Nessa concepção de surdez, a linguagem oral é vista como imprescindível para o desenvolvimento cognitivo, social, afetivo-emocional e linguístico do surdo. A educação converte-se em terapêutica (reparadora e corretiva), e o objetivo do currículo escolar passa a ser dar ao sujeito o que lhe falta – a audição – e sua consequência mais visível – a fala.

Nesse sentido, é possível sugerir que a visão clínica lança um olhar estereotipado em que condiciona o desenvolvimento intelectual da criança surda à aquisição da língua oral. Isso parece reproduzir o pensamento de Aristóteles, pois acreditava-se que só por meio fala (oralidade) seria possível desenvolver o pensamento (STROBEL, 2009).

Em relação à perda auditiva, a partir da visão clínica, Gesser (2009) explica que a surdez pode ser classificada de acordo com o tipo e o grau da perda de audição por parte do indivíduo. Nesta mesma perspectiva, Lima (2006, p. 19) já afirmava que “a surdez consiste na perda maior ou menor da percepção normal dos sons. Verifica-se a existência de vários tipos de pessoas com surdez, de acordo com os diferentes graus de perda da audição”, sendo considerada, tradicionalmente, tanto pela área da saúde como pela área educacional da seguinte forma:

Quadro I – Classificação dos graus de perda auditiva

➤ Parcialmente surdo (com deficiência auditiva – DA)		
Descrição	Grau de perda auditiva em decibéis (dB)	Características
a) Pessoa com surdez leve	(Até 40 dB)	Indivíduo que apresenta perda auditiva de até quarenta decibéis. Essa perda impede que o indivíduo perceba igualmente todos os fonemas das palavras.
b) Pessoa com surdez moderada	(De 41 até 70 dB)	Indivíduo que apresenta perda auditiva entre quarenta e setenta decibéis. Esses limites se encontram no nível da percepção da palavra, sendo necessária uma voz de certa intensidade para que seja convenientemente percebida.
➤ Surdo		
Descrição	Grau de perda auditiva em decibéis (dB)	Características
a) Pessoa com surdez severa	(De 71 até 90 dB)	Indivíduo que apresenta perda auditiva entre setenta e noventa decibéis. Este tipo de perda vai permitir que ele identifique alguns ruídos familiares e poderá perceber apenas a voz forte, podendo chegar até aos quatro ou cinco anos sem aprender a falar.
b) Pessoa com surdez profunda	(Acima de 91 dB)	Indivíduo que apresenta perda auditiva superior a noventa decibéis. A gravidade dessa perda é tal que o priva das informações auditivas necessárias para perceber e identificar a voz humana, impedindo-o de adquirir a língua oral.

Fonte: Quadro elaborado a partir de Lima (2006, p. 19-20)

Portanto, a partir dos graus apresentados, na visão clínica, os indivíduos que se enquadram em uma dessas classificações são considerados como pessoas com deficiência auditiva, ou seja, independente do grau da perda de audição, acabam sendo denominados deficientes auditivos (Lima, 2006).

Aos tipos de surdez e suas classificações, podemos compreender que estes estão relacionados com a localização da lesão tanto por via aérea e óssea, sendo os tipos denominados como: condutiva, neurossensorial ou mista (GESSER, 2009). Na definição da autora (2009, p. 72):

A condutiva ocorre por uma “alteração na orelha externa (meato acústico) e/ou média (membrana timpânica, cadeia ossicular, janela oval e redonda e tuba auditiva)”. Já o tipo neurossensorial afeta a cóclea e/ou o nervo auditivo. As perdas auditivas mistas, por sua vez, englobam alterações condutivas e neurossensoriais.

Assim, diante do exposto, faz-se necessário reconhecer os diferentes tipos de surdez e diferenciar este termo ao de deficiente auditivo, pois o não entendimento dos termos corretos levam-nos a cometer alguns erros nas definições, podendo gerar preconceito e exclusão para com o outro, afastando-o do meio social e lhe causando sofrimento.

No que se refere à visão cultural, Gesser (2009) afirma que a surdez, definitivamente, não é considerada uma deficiência. Mas, ao contrário disto, a autora aponta que a surdez não compromete o desenvolvimento cognitivo e linguístico dos surdos.

Para Gesser (2009), os processos culturais que se referem à comunidade surda, na qual os surdos não se identificam como deficientes, podem ser um primeiro passo para entendermos um pouco mais sobre o que é ser surdo a partir de diferentes perspectivas. Ainda sobre essa linha de pensamento, Gesser (2009) acrescenta que

O problema começa a existir quando queremos torná-los ouvintes e falantes de uma língua oral. Ver a surdez como deficiência é inscrever-se no paradigma da normalidade ouvinte, que rejeita as outras culturas e outras identidades que o indivíduo constrói, ou seja, outras formas de se relacionar com o mundo (p. 82)

Desta forma, com base na autora, podemos compreender o surdo não como um sujeito deficiente, mas diferente na forma de se comunicar/interagir com o meio em que vive, expressando sua identidade, seus costumes e sua própria cultura. O que também é reafirmado por Pereira *et al.* (2011, p. 21), em que, na perspectiva da visão cultural, “a surdez não é concebida como uma deficiência que impõe inúmeras restrições [...], mas como uma diferença na forma como o indivíduo terá acesso às informações do mundo”. Para estes autores, uma vez que os surdos passam a ser representados como deficientes, parece não haver, por parte da família, nem por uma grande parcela da sociedade, uma atenção devida que favoreça o seu desenvolvimento enquanto ser autônomo, capaz de realizar suas próprias conquistas.

Portanto, apesar das diferentes concepções de surdez apresentadas neste tópico, podemos compreender, a partir de Santana (2007, p. 23), que “definir o que é normal ou anormal não diz respeito apenas a questões biológicas, mas, principalmente, a questões

sociais”. Nesta ótica, torna-se imprescindível compreender que ser surdo vai além de uma condição meramente fisiológica, mas representa a identidade de grupo minoritário, de um povo com sua própria marca cultural.

2.2 SURDEZ E EDUCAÇÃO

A educação de surdos sempre teve discussões sobre qual era o método correto para utilizar na vida educacional do surdo e, em meio a tantos dilemas, surgiram as filosofias educacionais para o surdo: Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo. Cada uma dessas filosofias teve seu momento de contribuição e de prejuízos nesse processo educacional do surdo (ROCHA, 2008).

O Oralismo, de acordo com Rocha (2008), foi considerado, a partir do Congresso de Milão, em 1880, como o método mais adequado para a educação do surdo; as instituições educacionais e também os surdos ficaram proibidos de usar a língua de sinais.

A Comunicação total, para Strobel (2009), é uma filosofia educacional que se utiliza de diferentes recursos para a comunicação. Portanto, compreende que, ao se comunicar, a pessoa surda deve oralizar e sinalizar ao mesmo tempo. Para Capovilla (2000), essa filosofia, mesmo apresentando um certo progresso no processo educacional do surdo, também acarretava prejuízos, pois sinalizar e oralizar ao mesmo tempo não permitiam o desenvolvimento da língua natural do surdo e dificultavam o desempenho intelectual e a comunicação.

Já em relação ao Bilinguismo, Carvalho *et al.* (2019, p.7) afirma que:

A educação bilíngue para surdos se caracteriza, na atualidade, como a filosofia educacional mais adequada, tendo em vista que respeita a condição da pessoa surda e sua experiência visual como constituidora de cultura singular, sem, contudo, desconsiderar a necessária aprendizagem escolar do português. Demanda o desenho de uma política linguística que defina a participação das duas línguas na escola em todo o processo de escolarização de forma a conferir legitimidade e prestígio da Libras como língua curricular e constituidora da pessoa surda. A apropriação desse artefato cultural se faz importante para esses sujeitos, uma vez que possibilita o acesso aos saberes historicamente construído pela humanidade.

Com base na afirmação de Carvalho *et al.* (2019), podemos sugerir que esta filosofia bilíngue tem a responsabilidade de suprir as lacunas existentes nas filosofias anteriores e de proporcionar ao surdo uma mudança significativa no seu desenvolvimento educacional. Nessa mesma linha de pensamento, Goldfeld (2002) sugere que uma das

contribuições mais importantes da filosofia bilíngue fosse a de que os surdos formassem uma comunidade com cultura e língua próprias, ou seja, eles não teriam que ser forçados a oralizar para que fossem considerados normais. Mas, ao contrário disso, os surdos passam a ser vistos como cidadãos comuns, que dispõem dos mesmos direitos e deveres dos ouvintes, inclusive, o direito de se comunicarem na sua língua natural.

No Brasil, a comunidade surda tem como língua natural de comunicação e expressão a Língua brasileira de sinais (Libras), que foi reconhecida oficialmente em 24 de abril de 2002 pela lei federal nº 10.436/02 (BRASIL, 2002), sendo esta lei regulamentada pelo Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que garante ao surdo, em seu Art. 22, o direito a uma educação bilíngue, diante da qual se reconhece a importância da precocidade da língua de sinais na vida social do surdo desde cedo (BRASIL, 2005).

Acerca da língua de sinais, Schneider (2006) defende que seja oferecido ao aluno surdo um ambiente que lhe propicie possibilidades de aquisição, desenvolvimento e uso da língua de sinais de forma natural e espontânea, sendo priorizadas, ainda, no âmbito do ensino regular, condições que possam garantir uma escolarização com qualidade.

Diante do exposto, podemos observar a dificuldade enfrentada nas escolas quando não se tem o domínio da língua de sinais. Essa falha na comunicação, provocada pelo não domínio da língua, dificulta a interação surdo/família e surdo/escola. (STROBEL, 2016).

2.3 O PAPEL DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO DO SURDO

A família constitui a esfera em que ocorrem os primeiros contatos e trocas sociais de uma criança (KELMAN, 2011), ou seja, a família é o primeiro contato social do ser humano com o mundo. A partir dela, são construídos seus valores, seus saberes, seus sentimentos. Este vínculo familiar proporciona o desenvolvimento do indivíduo no seu tempo e espaço.

A família, segundo Guarinello (2000), pode ser compreendida como o primeiro espaço social em que as capacidades das crianças são desenvolvidas e que recebem a formação de valores e crenças. Sobre esses aspectos, Negreli e Marcon (2006) apontam que no espaço familiar os valores e as crenças são transmitidos de geração em geração, de modo que o empreendimento conjunto entre criança e adulto é determinante para o desenvolvimento da criança surda. Para Dessen e Polonia (2007), a família pode ser considerada como a matriz da aprendizagem humana, pois nesse ambiente o sujeito

aprende a lidar e resolver conflitos sociais, a controlar suas próprias emoções, a expressar seus desejos e sentimentos, ou seja, a lidar com a diversidade de acontecimentos positivos ou negativos da vida, que se estabelecem a partir das relações com outras pessoas.

Para Schneider (2006), tudo que é vivido no seio familiar é lavado para fora desse espaço e um deles é a escola onde a criança pode ter o segundo maior contato da vida e onde tem um encontro de pessoas, de culturas, hábitos, linguagens e conceitos diferentes. Enfim, são dois ambientes distintos, mas que têm uma relação forte de companheirismo, compromisso, socialização, formação e informação, como pontua Perez (2008)

Na sociedade contemporânea, família e escola são dois contextos de promoção de desenvolvimento, socialização e educação da criança, que se definem e são diferenciados por padrões de comportamento, de objetivos, de procedimentos para transmissão de informações que lhes competem (p. 12).

Por isso, de acordo com a fala de Perez (2008), a família necessita estar presente na vida escolar da criança não só em aceitando que o indivíduo esteja no ambiente escolar, mas participando ativamente desse processo, buscando com a equipe docente a melhor forma de aprendizagem e selando uma parceria que permita que o indivíduo tenha, em casa, a continuidade do que se mostra e se vive na escola. Quando não acontece essa parceria, fica muito difícil de se obter um desenvolvimento do aprendizado do aluno surdo. Como pontua Schneider (2006),

A escola sozinha não pode dar conta da educação de todos e, particularmente, dos alunos surdos se não contar com a participação da família, pois, se quiser desenvolver uma educação emancipadora, deve-se considerar o mundo da vida da criança (p. 176).

Portanto, faz-se necessário uma relação de confiança, de interação e de objetivos educacionais alinhados numa mesma direção. Para ver esse aluno surdo ir mais longe e ter sua percepção de mundo, sua cultura e seus desejos respeitados no seu processo de aprendizagem, a integração família e escola e a construção de uma rede de relações e de apoio ao desenvolvimento do surdo são fundamentais, pois o trabalho escolar proporcionará maior êxito se os familiares acompanharem diretamente esse processo (FALEIRO; FARIAS; SILVA, 2017).

O acompanhamento familiar, a segurança, o apoio moral e instrucional devem fazer parte de todo o processo escolar do aluno surdo, visto que uma pessoa se tornará mais

segura para desenvolver suas habilidades e também construir relações comunicativas quando lhes são ofertados todos os recursos para um bom desempenho, tanto por parte da família quanto por parte da escola. E, para Faleiro, Farias e Silva (2017), a integração entre a família e a escola é essencial para o desenvolvimento saudável de qualquer ser humano; no nosso caso, reportamo-nos ao processo nas particularidades da pessoa surda e evidenciamos a importância desses espaços, entrelaçados, no processo educacional e social do aluno surdo.

De acordo com Perez (2008), o processo educativo é dividido em socialização primária e socialização secundária. E, em consonância com o pensamento de Perez (2008), Faleiro, Farias e Silva (2017) dizem que:

Socialização primária diz respeito ao movimento social que ocorre em âmbito familiar, são os contatos iniciais que a pessoa possui na infância, pelos quais se torna membro da sociedade e incorpora aspectos culturais, normativos, morais, afetivos e sociais (p.597)

Socialização secundária se dá por meio da escola, pois é um ambiente em que a pessoa é introduzida já socializada, porém interage com novos grupos e setores da sociedade. É o lugar onde se estabelece o conhecimento formal, mas também se estimula criação e legitimação de habilidades sociais em âmbito cultural e moral (p.597).

Diante do exposto, podemos perceber que, quando falamos das relações do surdo, temos sempre que considerar a família ligada à socialização e à escola. A família aponta sempre como socialização primeira e a escola acolhe a criança após o seu contato familiar e lhe propicia um conhecimento de mundo além do já visto no seu seio familiar. Por isso, é preciso ter um elo para um resultado efetivo na vida social, pessoal e acadêmica do surdo.

3. METODOLOGIA

Para a realização do presente trabalho, partimos da seguinte questão norteadora: Qual a importância da família para o desenvolvimento educacional do surdo? Tentando responder a essa questão, buscamos refletir sobre a importância da família para o desenvolvimento educacional do surdo.

O presente artigo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, pois é realizada a partir de materiais já publicados como livros, coletânea de textos, teses e dissertações e artigos buscados em periódicos e sites da internet. Para Gil (2002), a pesquisa bibliográfica exige do pesquisador um aprofundamento na temática, de forma que o deixe

preparado para uma reflexão aprofundada do conteúdo, discutindo com os teóricos utilizados na pesquisa. Ainda na perspectiva de Gil (2002), a pesquisa bibliográfica possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto.

Nossa reflexão é de cunho qualitativo que, na perspectiva de Creswel (2007), é uma abordagem de pesquisa que estuda aspectos subjetivos de fenômenos sociais e do comportamento humano. Portanto, nossas leituras e reflexões consideram as regularidades e singularidades e estudam os aspectos contextualizados, as subjetividades e os fenômenos sociais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a realização do presente trabalho, partimos da seguinte questão norteadora: Qual a importância da família para o desenvolvimento educacional do surdo? Tentando responder a essa questão, buscamos refletir sobre a importância da família para o desenvolvimento educacional do surdo. Para isso, optamos por realizar uma pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo, com base em teóricos já consagrados como: Gesser (2009), Santana (2007), Pereira et al. (2011), Strobel (2009), dentre outros.

Assim, partindo das leituras e reflexões, embasadas no aporte teórico deste trabalho, pudemos identificar que uma família ativa e presente na vida da criança/adolescente surda fornece segurança e sensação de pertencimento, sentimentos que são fundamentais nesse período da vida, estimulando o convívio social e a autoconfiança. E isso é imprescindível para o auto reconhecimento e aceitação de sua própria identidade por parte da criança surda e, também, de seus familiares.

Por fim, com base nestas discussões, consideramos a necessidade de um maior número de pesquisas sobre a interação da família com a criança/adolescente surdo e das condições de seu ambiente familiar que permitam melhorar essa relação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dez. 2005.** Presidência da república, Casa Civil, Brasília, DF, 22 de dez. 2005. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm> acesso em 09 de junho de 2021.

_____. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2002. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm> acesso em 26 de fevereiro de 2021.

CAPOVILLA, Alessandra GS; CAPOVILLA, Fernando C. **Efeitos do treino de consciência fonológica em crianças com baixo nível sócio-econômico.** Psicologia: reflexão e crítica, v. 13, n. 1, p. 07-24, 2000.

CARVALHO D, Manzini EJ. Aplicação de um programa de ensino de palavras em Libras utilizando tecnologia de realidade aumentada. *Rev Bras Educ Esp.* 2017;23(2):215-32.

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativo e misto. Tradução de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Educação. Educação Escolar da Pessoa com Surdez: uma proposta inclusiva.** Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2007.

DESSEN, M. A.; POLONIA, A, da C. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. *Paidéia*, Ribeirão Preto, v. 17, n. 36, p. 21-32, 2007.

FALEIRO, W.; FARIAS, M.; DA SILVA, L. Interação família-escola no desenvolvimento do aluno surdo. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 24, n. 3, p. 596-609, 19 dez. 2017.

GESSER, Audrei. **LIBRAS: Que língua é essa?** : crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. – São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social* São Paulo: Atlas, 1994.

GOLDFELD, Márcia. **Análise crítica das filosofias educacionais para surdos.** A Criança Surda–Linguagem e Cognição numa Perspectiva Sociointeracionista. São Paulo: Plexus, 2002.

GUARINELLO, A. C. **A influência da família no contexto dos filhos surdos.** *Jornal Brasileiro de fonoaudiologia.* Curitiba, n.3, p.28-33, 2000.

KELMAN, Celeste Azulay et al. Surdez e família: facetas das relações parentais no cotidiano comunicativo bilíngue. *Linhas Críticas*, Brasília, v. 17, n. 33, p. 349-365, maio/ago. 2011.

LIMA, Daisy Maria Collet de Araujo. **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão : dificuldades de comunicação e sinalização : surdez.** [4. ed.] / elaboração prof^a Daisy Maria Collet de Araujo Lima – Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal... [et. al.]. – Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

NEGRELI, M. E. D.; MARCON, S. S. **Família e criança surda. Ciência, Cuidado e Saúde.** Maringá, v.5, n.1, p.98-107, 2006.

PEREZ, Márcia Cristina Argenti. Família-escola: discutindo finalidades, rupturas e desafios noprocesso educativo. In: CAPELLINI, V. L. M. F. (Org.). *Práticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental.* Bauru: MEC/FC/SEE, 2008. p. 12-15.

RESENDE, Inês Marques Castro. **A importância de despiste auditivo em Terapia da Fala.** 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. [sn].

ROCHA, Solange Maria da. **O INES e a educação de surdos no Brasil: aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos.** 2008. p. 140-140.

SANTANA, A. P. **Surdez e Linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas.** São Paulo: Plexus, 2007.

SCHNEIDER, R. **Educação de surdos - inclusão no ensino regular.** Passo Fundo: Ed. Universitária de Passo Fundo, 2006.

STROBEL, Karin. **História da educação de surdos.** Florianópolis: UFSC, 2009.

_____, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** 4 ed. – Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016.